

CINCO BATALHAS QUE DEFINIRAM A IDENTIDADE DE PORTUGAL!

Abílio Lousada

Portugal, o mais antigo Estado-Nação da Europa e com uma História quase milenar, é um país talhado à espada ou, como referiu Mouzinho de Albuquerque, «obra de soldados»; e de marinheiros, acrescentamos nós. De tal forma que o devir português se funde com a história das suas instituições militares e o «Mundo Português» assentou, em larga medida, no feito de armas do «Portugal militar», definindo as suas balizas cronológicas: Guerras de Reconquista e Fundação do Estado (século XII-XIII); Formação da Nacionalidade e guerras de soberania na Península Ibérica (séculos XIII-XIV); Expansão Ultramarina e o tempo dos capitães de mar e de terra (séculos XV-XVI); retração imperial e Monarquia Hispânica (Séculos XVI-XVII); Restauração Dinástica (século XVII); Monarquia Absoluta e conflitos europeus do século XVIII; Guerra Peninsular e implantação do Liberalismo (século XVIII-XIX); Monarquia Constitucional e campanhas de imposição de soberania em África (séculos XIX-XX); período da República – guerras mundiais, guerra de África e Operações de Apoio à Paz.

Neste âmbito, há cinco acontecimentos que definiram, enquanto chancela dos «egrégios avós», a Identidade Nacional: 1) O feito de Ourique contra os mouros (1139), pois motivou D. Afonso Henriques a assumir-se rei da Terra Portucalense assente numa hoste (exército), passo essencial para a Fundação de Portugal; 2) A Batalha de Aljubarrota, travada contra Castela (1385), que consolidou a Nação Portuguesa através da dupla D. João I/D. Nuno Álvares Pereira, estabilizou a fronteira peninsular e «abriu portas para o mar»; 3) Diu (1509), a batalha naval onde D. Francisco de Almeida garantiu a Portugal uma presença dominante no Índico, creditando a portugalidade; 4) Guararapes (1648), ou a reconquista do Nordeste Brasileiro face aos neerlandeses, secundada pela recuperação de Angola e que, com o território metropolitano português, constituíram o triângulo estratégico português; 5) Montes Claros (1665), a batalha que decidiu a guerra contra a «Espanha filipina» e a Restauração Dinástica.

Modelo Conceptual

Mas antes de avançarmos para a análise de cada um desses acontecimentos, definimos os conceitos relativos à Identidade Nacional, subdividida nos de Estado e de Nação.

Segundo José Mattoso (1992), o Estado é fruto de uma causa concreta e bem determinada no tempo, que origina uma entidade política que superintende aos destinos de um povo, inserido numa parcela de território. Esta afirmação permite, em termos jurídicos, a identificação dos três elementos constitutivos do Estado “*povo, território e soberania*”, ou seja, “*o Estado é um*

ordenamento jurídico com objectivos gerais, exercendo o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão subordinados de modo necessário os sujeitos pertencentes àquele”, independentemente da forma de governo (Norberto Bobbio, 1989). Conceito que remete para o normativo bem atual do politólogo francês Jean Bodin (1530-1596), quando já então afirmava que “*a monarquia absoluta e legítima [sistema de governo à época] devia estar centrada na manutenção da integridade do Estado, na conservação da soberania e na unidade fronteiriça*”, rematando que “*o Estado soberano não tem igual na ordem interna, nem superior na ordem externa*” (Touchard, 1991). Assim sendo, e no que à fundação de Portugal diz respeito, estamos perante um processo que emerge no século XII com D. Afonso Henriques: a consciência de uma comunidade portugalense autónoma em São Mamede (1128); um rei e um reino de facto após Ourique (1139); individualidade soberana no contexto peninsular com o Acordo de Zamora (1143); e a Bula *Manifestis Probatum*, passada pela Santa Sé (1179), que confere o estatuto sujeito de direito internacional inserto na *Respublica Christiana*.

Relativamente à Nação, termo que “*aparece na Europa no século XIII, liga-se etimologicamente a natio (nascimento), enquanto assunção de origem de cada Nação que satisfaça a exigência de identificação dos indivíduos que nela têm origem, porque são esses os seus construtores*”. Depois há o conteúdo universalista, que “*diferencia e identifica*”, ou seja, “*é portadora de valores universais próprios*”; é a sua inscrição na História. A história dos homens que se reveem no seu passado nacional, retomando a identidade cultural e as tradições nacionais. Em síntese, “*a Nação é a sociedade política edificada à medida que se vai construindo o Estado*” (Gil, 1989). A Nação é uma entidade mais ampla e complexa que o Estado, que aparece distendida no tempo e assente em bases mais sólidas e duradouras, como a história, a cultura e os valores de um determinado estrato social (Mattoso, 1992). A formação da Nacionalidade portuguesa começou a ganhar corpo durante o governo do conde D. Henrique, a partir de 1096, para todo o processo (a)parecer concluído em 1385, ano em que a vitória de Aljubarrota aglutinou um conjunto de premissas políticas, militares, sociais, económicas e de identidade cultural, imprescindíveis para se poder falar em consciência ou identidade nacional. Mas podemos, eventualmente, recuar a génese identitária até aos Lusitanos, tal como podemos estender o seu devir para o período da Expansão, quando a Portugalidade se difunde. Da União Ibérica à Restauração impôs-se a vontade de permanecer português.

Quais são, então, os elementos constitutivos da Identidade Nacional: existência de uma terra de origem, ou território histórico; a identificação com memórias históricas e o assumir de mitos comuns, que empresta um sentimento de pertença a um contexto social específico; a singularidade de uma cultura, tradições e costumes comunitários; a língua e a religião. Se cada

comunidade tem as suas próprias particularidades, a homogeneidade de Portugal e do ser português encontra, como vimos, raízes profundas.

OURIQUE – 1139



Batalha de Ourique. Azulejos de Jorge Colaço. Centro Cultural Rodrigues de Farai, Forjães.

Um rei, um exército e a vontade comunitária de dar corpo ao Estado, eis a trilogia maior que deriva do acontecimento Ourique, um feito de armas mítico ocorrido no Dia de São Tiago mata-mouros (25 de julho), que atravessou os tempos e surge envolto num misto de grandiosidade e penumbra, onde a realidade e o mito se misturam.

“*Defender a Terra e Acrescentá-la*” (cit Cardoso, 1998) frase que encerra a ideia estratégica afonsina: defender a Terra a Norte e a Leste da pressão de Leão e Castela, através da colaboração da classe senhorial de Entre Douro e Minho e da ordem monástica e militar do Hospital; acrescentá-la para Sul da linha do Mondego, impondo uma retração territorial dos domínios mouros, mediante operacionalização de infanções e cavaleiros, vilãos dos concelhos e cavalaria templária. Ourique insere-se claramente neste conceito.

Tudo se inicia a partir de 1131, quando o príncipe D. Afonso Henriques transfere a «corte» de Guimarães para Coimbra, limite meridional do território. As repercussões da medida são pertinentes: confere-lhe maior autonomia perante a nobreza senhorial do Norte, que o colocou no poder mas não o acompanha na ‘aventura’ da conquista territorial a sul; libertado dessa ‘amarras’, contacta com os homens livres dos concelhos, os filhos segundos da nobreza e os moçárabes, que o seguem e lhe permitem o exercício de um poder político efetivo e de uma autoridade incontestada; a permanência dessa nobreza a Norte, a quem o rei garantiu todas as prerrogativas que o seu estatuto social exigia, servia de tampão às veleidades de unificação leonesas; depois, porque Coimbra ficava perto dos limites territoriais islâmicos, a guerra contra os mouros surgia facilitada (Mattoso, 2006).

A primeira notícia que nos é dada sobre o feito de Ourique (*annales Portucalenses Veteres*, c. 1168) refere simplesmente que “*houve uma grande batalha entre cristãos e os mouros, sob o comando do rei Afonso de Portugal e, da parte dos pagãos, do rei Esmar, o qual vencido, se pôs em fuga*” (cit. Mattoso, 2006). Depois, antes de findar o século XII, o sucesso surgia ampliado: a audácia de D. Afonso Henriques, que desencadeou um fossado no coração da terra mourisca; a descomunal força militar de Esmar, ao contrário da cristã, anotando as localidades de Sevilha, Badajoz, Elvas, Évora e Beja (que dariam ensejo ao mito dos cinco reis mouros); a dureza de uma batalha que foi pelejada até ao fim da tarde e o inimigo foi desbaratado; D. Afonso Henriques, combatente pela fé, recebeu de Cristo Crucificado a exortação *In Hoc Signo Vincas* (com este sinal vencerás); posteriormente o território portucalense foi alargado para Sul à custa da retração dos mouros (Lousada, 2018).

A realidade no mito exige alguns esclarecimentos! Desde logo, em que Ourique se travou a batalha! Depois, a oportunidade e viabilidade de se concretizar um fossado a 250 km da base coimbrã. Em relação à primeira questão, que não é passível de resposta concludente à míngua de fontes, Ourique situada no Alentejo remete para a tradição. E isso porque, à época dos acontecimentos, o topónimo Ourique só existia na «cora» de Beja, coração dos domínios sarracenos. Por exemplo, há um foral datado de 1290 referente a «Vila Nova d’Ourique (Veiga, 1936). Relativamente à efetivação de um fossado tão longínquo, importa vincar dois factos: o cerco que Afonso VII de Leão efetuou ao castelo de Oreja (Toledo), entre a Primavera e o Outono de 1139, terá influído nos acontecimentos. De tal forma que o fossado de Afonso Henriques, desencadeado para vingar a afronta de Leiria, sofrida em 1137, obrigou à dispersão de forças de Esmar, que foi derrotado em Ourique, em Julho, e perdeu Oreja, para Afonso VII, em Outubro (Mattoso, 2006); o segundo, colocar em causa a possibilidade militar de se ter materializado um fossado a uma distância daquela amplitude é um não argumento. A razão é que operações similares abundam, tanto da parte dos cristãos como dos mouros: campanha de Al-Mansûr, em 987, de Córdoba a Coimbra (400 km); Afonso VII de Castela e Leão, em 1133, de Toledo a Cádiz (400 quilómetros); o príncipe D. Sancho de Portugal foi da linha do Tejo a Sevilha, em 1171 (300 quilómetros) (Veiga, 1936).

Olhemos agora a sua importância. Não foi o colosso militar que fontes coevas ou apócrifas lhe pretenderam colar, porque não se derrotou milhares de muçulmanos (exageros de crónicas tardias), não se destruiu o poder militar inimigo nem a sua liberdade de ação estratégica, nem se conquistaram territórios. Neste âmbito, releva-se, sobretudo, a capacidade de penetrar profundamente em território inimigo, a depredação de culturas agrícolas, o roubo

de gado, a derrota imposta ao inimigo de fé, a angariação de despojos, a feitura de prisioneiros e a captação de informações sobre o espaço dominante (Lousada et al, 2011).

Na verdade, as principais consequências do feito de Ourique são políticas. Desde logo porque o nome de *Ibn Arrik* (Afonso Henriques), o «flagelo de Deus», torna-se temido pelos mouros, depois porque o feito de armas catapulta-o para os anais do ‘gigantismo guerreiro’, proclamado rei pelos seus pares e, consequência direta, D. Afonso Henriques passa a assumir-se *Rex Portucalensium*. Portanto, a assunção de uma dignidade régia de facto, ao arrepio da vontade leonesa ou concessão papal, pouco tempo após a realização da batalha, indicia que Ourique é causa concreta. Causa que tem na comunidade que o apoiou e legitimou a admiração que o feito de armas catalisou.

A nível peninsular, Ourique criou uma aura de tenacidade no rei, que a apresenta como coroa de glória. Em 1140, a hoste portucalense penetrou na Galiza e derrotou as tropas leonesas de Afonso VII no recontro de Valdevez, motivando três anos depois o Acordo de Zamora. Seguem-se, nos anos vindouros, as conquistas meridionais à custa dos mouros, que permitiram ao pequeno Reino de Portugal alargar fronteiras para a linha do Tejo (com destaque para Santarém e Lisboa), primeiro, e estender domínios, depois, ao longo da vasta terra transtagana. 1179 foi o culminar de um processo, quando a Santa Sé aceita o *Miles Sancti Petri* (cavaleiro de S. Pedro), D. Afonso Henriques, como rei de um território inscrito na *Respublica Christiana*.

Em síntese, a batalha de Ourique, independentemente do local onde se travou, do contingente mouro que se derrotou ou do mito que se apregoou, representa o fim do princípio de um processo de fundação de Portugal: é a «certidão de nascimento» do Exército Português; motiva em Afonso Henriques a alteração de *principis* para *rex*; a bandeira real passa a inscrever o feito através dos Escudetes (mouros vencidos) e dos Besantes (direito a cunhar moeda), sendo representativa a Cruz e a Espada com que se fez Portugal. A Cruz no Escudo das Armas Nacionais (as Cinco Quinas), cantada por Camões em *Os Lusíadas*.

ALJUBARROTA – 1385¹



Batalha de Aljubarrota. De Jean d'Wavrin (Chronique d'Angleterre). British Library.

<https://commons.wikimedia.org/>

Naquela tarde de 14 de Agosto, D. João I e D. Nuno Álvares Pereira materializaram a Nação, onde o «homem de pé terra» lutou pela pátria dos «egrégios avós».

Tudo começa com a morte de D. Fernando (22 de Outubro de 1383) e o facto de a filha e herdeira D. Beatriz, então com dez anos, estar casada com o rei Juan I de Castela, e de a rainha D. Leonor Teles, amancebada com o conde galego João Fernandes Andeiro, não acautelar os interesses portugueses. O «Portugal Afonsino» estava em perigo. Então, quando D. João mestre de Avis, apoiado por figuras proeminentes como o chanceler Álvaro Pais, Rui Pereira, tio de Nun'Álvares, e João Afonso Telo, irmão da própria rainha, mata nos paços do concelho o conde Andeiro e é, posteriormente, nomeado «Regedor e Defensor do Reino» pelos «homens bons do concelho», os dados da crise dinástica estavam lançados.

Juan I decidiu agir. Para o efeito, esgrimiou os direitos régios de D. Beatriz, apoiou-se na alta nobreza e em alguns alcaides dos castelos que, em Portugal, defendiam a chamada causa legalista, e agitou o poder militar. Em 1384, Castela atacou Portugal: um contingente de tropas invadiu pelo Alentejo e uma força conjunta terrestre e naval montou cerco a Lisboa. No Alentejo, o fronteiro Nuno Álvares Pereira trava em Fronteira a progressão inimiga,

¹ O desenrolar da batalha de Aljubarrota segue, no essencial, as obras incontornáveis de: Veiga, Mattos e Paço, 1959; Monteiro, 2001; Oliveira, 1988.

posicionando-se com a sua ‘arraia miúda’ numa ondulação de terreno que confere domínio do campo. À falange montada do inimigo responde com o posicionamento de tropas em quadrado, postados a pé firme, e à carga de cavalaria retribui com as lanças da vanguarda que, fincadas no solo, se cravam no peito dos cavalos, desbaratando a ofensiva (Lousada et al, 2011). O «homem de pé terra» afirmava-se na guerra em Portugal (Lopes, s/d). Enquanto isso, em Lisboa o mestre de Avis resistiu tenazmente ao cerco, entre Maio e Outubro, até que a resiliência e a peste obrigaram os invasores a retirar. No ano seguinte, o jurisconsulto João das Regras argumentou o direito ao trono do mestre de Avis, nas cortes de Coimbra (6 de Abril), que foi aclamado rei D. João I e Nun’Álvares nomeado condestável do reino. A dupla genial.

Em Aljubarrota, onde se travou a decisiva «batalha real», se os pressupostos táticos são uma evolução dos verificados em Atoleiros, a conceção estratégica foi diferente. Perante a iminência de uma invasão, o contingente português concentra-se em Abrantes e Tomar, área de expectativa estratégica, a partir de onde se aquilatou o eixo de invasão. Consumada a penetração pela raia da Beira Alta, D. João I e D. Nuno balanceiam as forças em conformidade, ou seja, marcham em direção a Leiria, de forma a barrar a progressão castelhana a Norte de Lisboa e provocar batalha. A esta ofensiva estratégica corresponde no terreno a uma postura tática defensiva, onde a preocupação é a escolha de um terreno dominante e a criteriosa implantação de um dispositivo capaz de anular a superioridade do número adversário. Estes são os fatores fundamentais que conduziram à vitória, conjugados com outros princípios da guerra: unidade de comando, pois D. João I é o comandante da força e D. Nuno da vanguarda; unidade na ação, perceptível no combate à distância executado pelos arqueiros ingleses; no combate próximo exercido pelos besteiros portugueses; na vanguarda, destinada ao combate corpo-a-corpo; e no corpo principal da batalha, a reserva destinada a culminar a capacidade de combate do adversário.

Mas, o comando também se mede pelo treino, disciplina e motivação das tropas, observável na transladação coordenada do dispositivo de combate da primeira para a segunda posição, enquanto a hoste castelhana tornea o campo, na fortificação do terreno à frente da posição defensiva e na firme vontade de os homens combaterem à vista de um colosso militar de mais de 20.000 inimigos.

A batalha, entre portugueses e um contingente inglês, contra castelhanos, franceses e alguns portugueses, foi de curta duração (entre duas a três horas), os combates violentos e o resultado conclusivo. O presumível disparo dos trons marca o avanço da vanguarda castelhana e respetivas alas, inicialmente montada. Foi flagelada pelo tiro curvo das setas dos ingleses às longas distâncias, que caíam sob efeito «chuveirinho» em cima de cavaleiros e atingindo

sobremaneira os cavalos. Seguiu-se o tiro direto dos virotões dos besteiros às custas distâncias, tendo o cavaleiro como alvo. Perto do dispositivo português, os homens mais avançados são obrigados a apear, quebram as lanças para melhor empenhamento e aceleram o passo para chegar ao contacto com a vanguarda portuguesa. Devido ao estreitar do acesso à posição de São Jorge, as alas castelhanas, por falta de espaço, deixam de poder acompanhar e apoiar a vanguarda, que sobe a custo até à posição adversária.

Então, a vanguarda portuguesa avança no terreno e ‘recebe’ a castelhana, apresentada em cunha e amalgamada devido à falta de espaço. Após penetrarem no interior do dispositivo, a ala dos «namorados» e a dos «ingleses», mais avançadas que a vanguarda de Nun’Álvares e libertas de pressão, dobram-se sobre os castelhanos, enquanto as alas laterais os vão comprimindo. Sucedem-se, então, os combates corpo a corpo entre um contingente militar sem liberdade de ação e outro que o bate por todos os lados. Foi nesta altura que o contingente de D. João I avançou, originando o aniquilamento. Não podia ter resultado melhor a tática dos defensores. O terreno afunilou cerca de 5 mil tropas inimigas (os que puderam participar na batalha), encaminhando-os sob pressão para o interior de uma bolsa onde foram chacinados por contingentes de igual número.

Entretanto, com o terreno à sua frente pejado de cadáveres de homens e animais e dificultado por abatases e covas de lobo, as linhas castelhanas à retaguarda, confusas pelo desenrolar dos acontecimentos, viram-se impedidas de avançar e de intervir no combate, de nada valendo a tentativa de envolvimento do dispositivo pelos ginetes de Pedro Álvares Pereira, mestre de Alcântara e irmão de D. Nuno. Com milhares de mortos no campo de batalha, o peão real caído e a fuga de Juan I para Santarém, a batalha estava consumada.

Portugal e Castela firmaram pazes a 31 de outubro de 1411 (Ayllón, Segóvia), altura em que formalmente a fronteira peninsular passou de pressão a acomodação e a Nação portuguesa se impunha ao determinismo geográfico e abria as portas além-mar com Ceuta. Aljubarrota ou a afirmação da nacionalidade.



Batalha Naval de Diu. Quadro a óleo de Vassalo de Miranda. Escola de Fuzileiros. Revista Portuguesa de História Militar, N.º 5, 2023.

Diu, afirmação do Império Português do Oriente e marca da Portugalidade.

Constituindo uma das mais marcantes batalhas navais da História e motivada por um ato de vingança do vice-rei D. Francisco de Almeida, a batalha de Diu foi travada contra uma força conjunta muçulmana e indiana, que resultou numa ação de aniquilamento da frota adversária.

A Europa de finais do século XV gozava de um conhecimento científico e tecnológico acumulado e apresentava uma sociedade dinâmica e ávida de bem-estar. O majestático poder reinante e a sociedade de consumo ansiavam pelo acesso a produtos requintados como a seda, pedras preciosas e especiarias. Acontece que esses produtos existiam a Oriente, eram transacionados por rotas marítimas controladas pelos muçulmanos e chegavam à Europa, via Mediterrâneo, pela mão de genoveses e venezianos, que os vendiam a preços elevadíssimos. Assim, ou os Estados definiam rotas comerciais alternativas e buscavam a obtenção dos produtos na fonte de produção, entrando em competição com poderes instalados, ou aguentavam a dependência dos intermediários. Porém, fazer-se ao mar exigia determinação para afrontar o Império Turco, que em 1453 conquistou Constantinopla e pôs termo ao Império Bizantino, fez do mar Negro um lago fechado, zelava pelas movimentações comerciais no Mediterrâneo Oriental e coagia o Sul da Europa. Os «falcões da política europeia» aquietaram-se (Macedo, 1987).

Mas não Portugal e Espanha, de certo modo afastadas pelos Pirenéus do centro de uma Europa que se reconfigurava em termos geopolíticos. Crónicos rivais, os dois reinos tornaram a fronteira que os separava num espaço de equilíbrio terrestre e acertaram posições relativamente «às coisas do mar». O marco decisivo foi o Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494. Portugal desbravou a rota do Cabo e fez do Índico um espaço de interação comercial e confronto militar, enquanto Castela sulcou o Atlântico rumo a Ocidente à procura do minério americano. E assim, até finais do século XVI, as duas potências ibéricas controlaram, quase sem concorrência, as cobiçadas rotas marítimas do Índico e do Atlântico, impondo o *mare clausum*. Para as sociedades de catolicismo enraizado, como eram as ibéricas, a par dos benefícios económico-comerciais, o encontro de civilizações além-mar também servia para combater os crónicos inimigos de fé do Crescente e para evangelizar os gentios das terras contactadas (Lousada, 2018).

Aproveitando a dispersão de poderes local e as complexas relações de vizinhança, a edificação do Império Português do Oriente deveu-se à determinação estratégica dos reis D. João II (conceção) e D. Manuel I (concretização), à arte de marear de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral e à intrepidez combativa de três capitães de mar e de terra – Duarte Pacheco Pereira, Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. Fazer comércio no Índico equivalia a fazer a guerra, num contexto de incompatibilidade dos poderes instalados que aproveitou aos portugueses. Afastados da metrópole e, assim, impossibilitados de obterem auxílio em tempo útil, combinavam uma extensa e interligada rede logística e de comunicações marítima com uma tática de combate que fazia depender a sorte dos confrontos da combinação entre robustez e capacidade de manobra dos navios e o poder de fogo da artilharia naval.

Os navios portugueses estavam na vanguarda da tecnologia. Predominavam as naus de grande porte (autênticas fortalezas flutuantes), que serviam como navios de guerra e de carga, as galés (em pequeno número, por falta de braços para o remo), que conciliava robustez, flexibilidade e eram úteis para os combates, e as caravelas de vela latina, adequadas para ligações e ações de reconhecimento, além de navios ligeiros como as fustas, bergantins ou navetas. A artilharia naval deu aos portugueses um poder de dissuasão/coação imensos, capaz de disparar uma bala de ferro de 30 quilogramas a 300 metros de distância e com capacidade para dilacerar homens, rasgar velas, derrubar mastros e esventrar convés. As peças eram colocadas na proa e na popa, mas sobretudo ao longo da amurada. A batalha pela abordagem foi sendo substituídas pelo fogo e a procura do afundamento. Que se refinou quando os canhões foram também instalados no casco, disparando ao longo da água (efeito ricochete), através de uma portinhola existente para o efeito. O resultado foi devastador para o inimigo,

frequentemente atingido no casco e colocado a fundo, sem necessidade de contacto direto entre as armadas (Howard, 1997). Guerra e comércio; uma não vivia sem a outra e, em larga medida, Portugal fundou o Império a tiro de canhão.

O estímulo para a batalha de Diu aconteceu em Chaul, cidade comercial situada a Sul da costa indiana e pertença do sultão de Ahmadnagar quando, em março de 1508, a armada de Lourenço de Almeida, filho do vice-rei D. Francisco de Almeida, aí foi surpreendida pela do emir mameluco Hussain Mushrif, que hostilizava os mares circundantes, a pedido do samorim de Calecut, e trinta e quatro fustas do guzerate Malik Ayaz, senhor de Diu. A nau de Lourenço de Almeida foi afundada e com ela cerca de 200 homens (Pereira, 2009). Logo que soube do sucedido, D. Francisco de Almeida clamou por vingança, organizou naus grossas e seis caravelas, fortemente artilhadas, uma taforeia para transporte de cavalos, duas galés e um bergantim, guarnecidas por 1200 homens e zarpu de Cochim, a 25 de novembro de 1508. Ia decidido e, ao longo do percurso, bombardeou e assaltou Dabul, aliada do mameluco, ameaçou Chaul e chegou Diu, a 2 fevereiro de 1509. Na embocadura do braço de mar de Diu posicionou as dezanove embarcações a mil metros das seis naus e seis galés muçulmanas (450 combatentes), quatro naus e trinta fustas guzerates (c. de 5 mil homens) e os setenta paraus de Calecut (c. de 3 mil efetivos).

A 3 de fevereiro, com Malik Ayaz receoso dos portugueses e o mameluco Hussein a idealizar uma reedição de Chaul, D. Francisco de Almeida travou e venceu a mais épica das batalhas navais portuguesas², através de uma surpreendente manobra tática terrestre experimentada no mar: fixar a frente do inimigo e fustigá-la pelo fogo; manobrar pelo flanco, originando o desequilíbrio do dispositivo e obrigando-o a um empenhamento não sustentado, enquanto lhe negava o apoio das reservas. A frota inimiga foi aniquilada. D. Francisco de Almeida regressou a Cochim deixando para trás um rasto de destruição e de medo. O oceano era agora uma ‘coutada’ marítima portuguesa, podendo a carreira da Índia fazer comércio: as feitorias da Índia transacionavam os produtos; a casa da Índia em Lisboa funcionava como centro recetor; e a Flandres era o entreposto de distribuição pela Europa. Com proveitos financeiros para a coroa portuguesa e notórios constrangimentos para os muçulmanos mamelucos, turcos e as repúblicas de Veneza e Génova, que viam o Mediterrâneo ser secundado pelo Atlântico e o monopólio de especiarias ser cativado pelos portugueses.

Nos anos seguintes, sobretudo a partir da ação de D. Afonso de Albuquerque, foram sendo estabelecidos pontos estratégicos costeiros que permitiam o controlo das rotas marítimas e

² Referências descritivas da batalha de Diu: Pereira, 2009; Pissarra, 2002; Rodrigues e Devezas, 2008.

comerciais mais importantes: Vera Cruz servia de porto de escala intermédio; Melinde e Mombaça, situados na costa Oriental de África, eram os pontos de abastecimento do último troço da rota indiana; Ormuz posicionava-se na desembocadura do Golfo Pérsico; Socotorá (que se perdeu, em 1511, para os sultões mahra) controlava o estreito de Aden e permitia o acesso ao mar Vermelho; Goa era a capital do Império a Oriente e pérola do Malabar; Colombo (Ceilão) controlava a navegação entre as costas da Índia e era riquíssima em canela; Malaca, situada entre Sumatra e a Malásia, controlava a passagem para o mar da China, apresentando-se como o ferrolho entre o Índico e o Pacífico; Macau, por sua vez, dominava o rio das pérolas e permitia a entrada no sudeste da China. À armada portuguesa competia, agora, a missão de vigiar, taxar e admoestar a concorrência, exigindo o sistema dos cartazes (passaportes do mar).

O tridente da expansão portuguesa assumia-se: poder militar (fortalezas); comércio (feitorias); evangelização (igrejas). E Portugal era uma potência global e de referência.

GUARARAPES – 1648



1.ª Batalha dos Guararapes. De Victor Meirelles, 1879. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. <https://upload.wikimedia.org/>

Ao longo da primeira metade do século XVII, a rotina ultramarina de Portugal, inserto na união dinástica com a Espanha desde 1581, segue o seu curso: em Pernambuco/Brasil é feita a exploração de açúcar, apesar da pressão neerlandesa; a Oriente, a rota das especiarias e o comércio no Malabar sofrem as pressões das companhias comerciais inglesas e neerlandesa;

em África prossegue o comércio escravagista e as «guerras pretas» entre portugueses e africanos; internamente, Portugal apresentava-se como um reino dependente e controlado política e militarmente pelos agentes nomeados em Madrid. Os filipes reinavam há sessenta anos uma Península Ibérica unipolar, detinham uma máquina militar imparável e eram senhores de um império onde o ‘sol nunca se punha’. Contudo, a insatisfação dos povos, excessivamente carregados de imposto, crescia, a burguesia sentia-se lesada pela ausência de preocupação do poder central em revitalizar o comércio do Oriente e defender o do Ocidente e a nobreza, secundarizada, conspirava.

É neste contexto que, em Dezembro de 1640, ocorre o golpe dos conjurados em Lisboa, a aclamação do duque de Bragança como rei de Portugal e o oportunismo da ocupação neerlandesa do Pernambuco, Loanda e São Tomé (1641). Face à conjuntura, os Restauradores assentaram três desígnios: 1) legitimar diplomaticamente a Dinastia de Bragança junto das potências da Europa inimigas da Monarquia, com especial incidência na França (católica) e nos Estados protestantes, com destaque para a Inglaterra. O objetivo consistia em evitar o isolamento externo, por um lado, e não ficar dependente de uma única potência, por outro; 2) defesa do espaço fronteiriço metropolitano contra a Monarquia Hispânica – estratégia militar. Assim, os *Restauradores* procuraram aproveitar o desnorte da política de Madrid face ao ocorrido na capital portuguesa e capitalizar a favorável conjuntura europeia, garantindo a liberdade de ação internacional que amiúde faltou a Filipe IV; 3) recuperar a soberania nos domínios ultramarinos perdida durante a União Ibérica, principalmente o Nordeste do Brasil e Angola (diplomacia e guerra face às Províncias Unidas/Holanda)³ (Lousada, 2011).

É neste terceiro objetivo que vamos centrar a análise. Haia e Lisboa, que na conjuntura continental buscavam um entendimento político e militar contra o inimigo comum – Madrid – enveredaram, no que toca ao Império Ultramarino Português, por uma atitude de confronto. O ponto marcante desta conduta centra-se no Tratado de Haia, de 12 de Junho de 1641, que estabeleceu tréguas e a manutenção do *status quo* ultramarino, favorável à Holanda. Ora, o percurso temporal mostrou que esta, por um lado, procurava consolidar e, em alguns casos, alargar o território e que Portugal, por outro, tentava a sua recuperação. Para a Holanda, depois do sucesso comercial da Companhia das Índias Orientais (VOC) no Oriente, impunha-se reeditar o mesmo no Brasil, onde a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) tinha ao seu dispor

³ Estados Gerais das Províncias Unidas representavam a unidade política congregadora das sete províncias dos Países Baixos do Norte que, em 1568, se desligaram pela força das armas da tutela hispânica. Ao longo do texto usaremos a designação Holanda e neerlandeses/oranges, a província mais importante e de nomenclatura mais usual.

o usufruto das plantações açucareiras, facilitadas pelo trabalho escravo canalizado a partir de Angola. Por essa razão, Maurício de Nassau ocupou Maranhão e Sergipe, no Brasil, e território angolano e são-tomense, na África Ocidental, durante as negociações de 1641.

Portugal entendia a posse do Brasil e de Angola como condições fundamentais para sustentar a integridade territorial na metrópole, através do financiamento da guerra contra a Espanha. Foi o governador-geral do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benavides, quem apresentou na corte de D. João IV um método de revolucionar Pernambuco e de reconquistar Angola, em 21 de outubro de 1643.

Sobre Pernambuco preconizava “(...) *que se obre de modo que se possa atribuir a omissão do governador [Teles da Silva] faltar com o castigo sem que se presuma que é ordem de Vossa Majestade, porque fazendo-lhe guerra nesta conformidade será muito o dano que recebam, pouco o proveito que granjeiam [os Holandeses] com o que pode suceder que com algum concerto [compensação monetária] larguem o que têm naquele Estado achando-se por este meio apertados*”. Sobre Angola, depois de focar a má-fé negocial dos *Oranges*, apelou ao monarca para que, debaixo de uma aparência de paz, pensasse na reconquista da possessão africana porque “(...) *a tardança pode ser de muito prejuízo (...) porque sem ela se prejudica muito as fazendas do Brasil e aniquila o aumento da Real Fazenda, assim no Brasil como neste Reino*” (Norton, 1965).

Assim, depois de em 1643 estalar a revolta do Maranhão, dois anos depois irrompeu na Várzea do Capibaribe a insurreição do Pernambuco, pela mão do madeirense João Fernandes Vieira. Se a do Maranhão emergiu de um estado de insatisfação crescente das populações com a política económica e sócio religiosa da WIC, a de Pernambuco foi preparada e incentivada a partir de Lisboa, debaixo do maior segredo. Iniciava-se a guerra pelo controlo territorial, domínio populacional e usufruto açucareiro. O epicentro do «Brasil holandês» era o Recife, enquanto o domínio português se situava a sul do holandês, nas regiões de São Salvador da Baía, Sergipe e Rio de Janeiro.

O exército orange, experimentado na guerra dos Países Baixos contra a Espanha, dispunha de superioridade numérica, estava melhor equipado e armado e tinha como vantagem operacional a luta urbana e o ataque às fortificações. Além disso, detinha uma esmagadora superioridade naval (Carvalho, 1998). Mas o seu rendimento era afetado pela orografia irregular do teatro de operações, inadaptação dos soldados ao tórrido clima e doenças tropicais, falta de água e à guerra irregular dos locais.

Na Baía, o dispositivo militar português adaptou os terços aos métodos de combate dos locais, das características do terreno e do próprio inimigo. Assim, atuava-se através de

emboscadas e surtidas bruscas e violentas, negando o combate em campo aberto. Para compensar a inferioridade naval, desencadeava, de surpresa, ações incendiárias aos navios fundeados no Recife. Portanto, à guerra clássica neerlandesa responderam os luso-brasileiros com a «guerra brásilica», uma técnica de guerrilha feita através da manobra de lassidão (desgaste). O ponto de viragem ocorreu em agosto de 1645, quando um contingente comandado por João Fernandes Vieira destruiu 1.100 holandeses, comandados pelo coronel Hons, numa sucessão de emboscadas efetuadas no Monte das Tabocas, obrigando-os a retirar para norte, deixando para trás engenhos de açúcar e alguns fortes (Júnior, 1998). No ano seguinte, a ação centrou-se no Recife, que foi cercado, deixando a presença holandesa numa situação débil: a WIC, privada de produção açucareira, estava à beira da falência; com a perda de fortes o contingente militar perdia o controlo do terreno; a resistência dos sitiados atingia o limite, rareando os víveres e necessitando de reforços através do mar (Magalhães, 1998).

Enquanto isso, as relações na Europa entre os dois Estados deterioraram-se, com o diplomata Sousa Coutinho a procurar convencer o governo de Haia que a insurreição era responsabilidade de rebeldes! Não obstante, D. João IV decidiu-se sustentar abertamente a guerra, enviando doze galeões, onde seguiu o novo governador-geral, António Teles de Meneses, e o mestre de campo general Francisco Barreto de Meneses.

Entretanto, em Abril de 1648 chegou ao Brasil uma esquadra naval holandesa com um reforço de quatro mil soldados, comandados pelo general Sigismundo Von Schkoppe, que obrigou os autóctones a abandonar o cerco do Recife. De seguida, outra esquadra de sete navios desembarca três mil homens na ilha de Itaparica. Posteriormente, Von Schkoppe marcha em direção a sul, com 4.500 homens, decidido a atacar as bases de abastecimento portuguesas e cortar-lhe as comunicações entre a Baía e o Sul de Pernambuco. A 19 de Abril, durante a marcha, deparou-se com o exército luso-brasileiro nos três montes Guararapes, separados por vales profundos e estreitos. Foi aí que Barreto de Meneses posicionou 2.200 homens, decidido a cortar o avanço holandês, e organizou quatro terços (metropolitano de Fernandes Vieira, mestiços de André Vidal Negreiros, índios de Filipe Camarão e negros de Henrique Dias) e um troço de cavalaria (Júnior, 1998).

O comandante holandês decidiu aproveitar a oportunidade para esmagar o adversário numa batalha decisiva. Mas deixou-se atrair para uma pequena faixa do Boqueirão, onde a tropa se atolou no terreno alagadiço da várzea, ficou incapaz de manobrar por falta de espaço e os regimentos dispersaram-se pelo sopé dos três montes. Acabaram a combater emassados, sem apoio entre regimentos e sem possibilidade de tirar rendimento da superioridade de fogo. Aproveitando a situação, os autóctones atacaram o centro do dispositivo adversário, fixaram-

lhes os flancos e, num ímpeto decisivo, empurraram os holandeses montes abaixo, onde o combate corpo a corpo os favorecia e a arma branca ditou leis (Lousada, 2018).

A manobra dos metropolitanos, a coesão dos mestiços, a impetuosidade dos negros e a ação irregular dos índios impôs aos holandeses uma copiosa derrota e a perda de mais de um milhar de tropas e a captura de equipamento e armamento.

Nesse mesmo ano de 1648, a situação piorou para os holandeses, quando Salvador Correia de Sá, aproveitando a situação, zarpou do Rio de Janeiro, a 12 de Maio, e se dirigiu para Angola com uma frota constituída por quinze navios e 1.400 homens. A chegada à baía de Loanda, a 12 de Agosto, acontece quando uma força militar aliada está no interior a acometer as fortalezas de Massangano e da Muxima, para onde se remeteram os portugueses após 1641. Em terra, surpresa geral. A frota era considerável e não estava de passagem. E da surpresa passou-se a preocupação, pois na armada faltava o navio-almirante, o que significaria que o grosso dos navios ainda estava a caminho. Não podiam saber que o navio-almirante São Luís e, com ele, quase trezentos marinheiros, tinham naufragado na baía de Kikombo na noite de 1 de Agosto, quando ocorreu uma calema. Impunha-se o regresso do efetivo que estava na zona do Kuanza (Ratelband, 2003).

Esta situação não passou despercebida a Salvador Correia de Sá. Apesar de a cidade ter oito fortificações defensivas e 250 homens, enviou emissários a terra a exigir uma rendição honrosa. Ouwman e Lems pediram oito dias para pensar (tempo previsto para o regresso das tropas de Thijmen); só lhes foi concedido três – de 12 a 14 de agosto. Escoado o tempo, a 15 de Agosto iniciou-se a batalha de Loanda. O comandante português sabe que tem de subjugar três dos fortes onde se barricou a defesa holandesa antes da entrada em Loanda do reforço militar (Lousada, 2018). De combate em combate, o cerco português ao forte de São Paulo, último reduto defensivo, durou até 18 de Agosto, altura em que a guarnição sitiada içou uma bandeira branca.

Entretanto, homens os trezentos do interior do território só chegam às imediações da cidade a 27 de Agosto. São intimados a baixar armas e a submeterem-se ao acordo assinado por Ouwman e Lems e, aconselhados por estes, a renderem-se (Ratelband, 2003). Ao fim de sete anos terminava a presença neerlandesa em Angola.

No ano seguinte, remetidos ao Recife e com os movimentos restringidos ao mar, os neerlandeses procuraram novo confronto terrestre no Brasil, sendo novamente derrotados em Guararapes. Em Haia, assumiu-se que o Nordeste do Brasil era irrecuperável militarmente. Acresce que, entre 1652 e 1654, sobreveio a guerra anglo-holandesa, que retirou liberdade de

ação aos efetivos militares dos Estados Gerais. Os holandeses haviam de capitular a 26 de janeiro de 1654, negociando a entrega do Brasil nos anos seguintes.

Em certa medida, Portugal restaurou-se porque se recuperou o Brasil, do mesmo modo que o Brasil se sustentava com os proventos da reconquista de Angola. Trata-se de um triângulo de portugalidade inalienável, ontem como sempre. Acresce que Guararapes gravou a heterogeneidade étnica do Brasil, até hoje.

MONTES CLAROS – 1665



Batalha de Montes Claros. Sala das Batalhas do Palácio dos Marqueses de Fronteira.

Montes Claros, a batalha decisiva que garantiu a restauração da independência.

No início de 1665, viviam-se tempos agitados em Espanha. No palácio do Escorial, Filipe IV sentia as contradições políticas dos seus conselheiros e a incompetência militar dos comandantes. Os assuntos de Estado e da guerra não corriam bem e o rei estava a ficar sem tempo para ganhar a ‘guerrinha de Portugal’, como se lhe referiam na corte alguns conselheiros. De facto, a morte de D. João IV (1656) e o consequente desnorte ocorrido na corte portuguesa não foi convenientemente aproveitado, a campanha lançada no Alentejo em 1658-1659, sob o comando de Luís de Haro, resultou num impasse em Elvas, e a invasão de 1663, concedida ao filho João da Áustria, colapsou em Ameixial.

Nesse ano, Filipe IV lançou a cartada decisiva e escolheu para o comando de nova invasão um militar timbrado na guerra da Flandres – Luís de Benavides Carrillo, marquês de Caracena. A carta de missão era objetiva: organizar, equipar e treinar um exército que conquistasse Portugal, atacando no Alentejo por meios terrestres e, na península de Setúbal, por forças navais. Contudo, rapidamente percebeu que a sua execução era complicada. Na corte faltava

ânimo, os soldados veteranos estavam saturados de campanhas sem fim e o recrutamento de tropas frescas surgia dificultado.

Caracena chegou a Badajoz em maio de 1665, acompanhado de 3 mil soldados de cavalaria e 2 mil infantes desviados do teatro da Alemanha, 10 mil soldados da Itália, os «seus» veteranos da Flandres e levas de castelhanos e remontas de cavalaria (Menezes, 1697). O conceito de operação previa a conquista de Vila Viçosa (ignorando Elvas), praça que devia permitir a ligação com a retaguarda (Badajoz), e o avanço sem empenhamentos até Évora (a ocupar) e depois Setúbal (base de apoio). Aqui contactaria com as forças navais do português Raimundo de Lencastre, duque de Aveiro, que aí chegariam por via marítima a partir de Cádiz. Após a junção de forças em Setúbal, desencadear-se-ia o assalto à capital portuguesa.

Apesar de estar consciente que os efetivos de que dispunha eram insuficientes, Caracena acreditava na experiência de combate das suas tropas (Espírito Santo, 2005). Em 7 de Junho acampou no Caia. Depois, contornou Elvas e acometeu Borba, que capitulou a 9 de Junho. De seguida, dirigiu-se para Vila Viçosa, que atacou no dia 10. Aqui encontrou o primeiro contratempo; apesar de as muralhas exteriores cederem às investidas, não conseguiu tomar o castelo (César, 1912). O segundo contratempo ocorreu quando soube que não existiria ataque concêntrico, pois a esquadra do duque de Aveiro jamais se mexeu (Berger, 2015).

Enquanto isso, o «triumvirato» português constituído por Castelo Melhor-Cantanhede-Schönberg, líder político, comandante da operação e comandante das tropas estrangeiras a operar em Portugal, respectivamente, decidiu concentrar em Estremoz o grosso do contingente militar, reforçar com homens e equipamento as praças circundantes e fortificar Lisboa e Setúbal. Depois, concretizada a invasão e quando se soube do cerco castelhano de Vila Viçosa, mediram a situação: abandonar a praça à sua sorte ou socorrê-la com recurso ao contingente de Estremoz. Optaram pela segunda alternativa, tendo em conta o significado simbólico da localidade (Casa Ducal dos Bragança) e o facto de a sua manutenção cortar a linha de comunicações inimiga com a sua área da retaguarda. Assim, Cantanhede e Schönberg foram para Estremoz, para onde confluíram tropas de Trás-os-Montes e das Beiras. A 15 de Junho foi feito o reconhecimento do itinerário Estremoz-Vila Viçosa e, a 16, passou-se revista às tropas e iniciou-se a marcha (Espírito Santo, 2005).

É nesta altura que Caracena toma conhecimento que os portugueses se dirigem a Vila Viçosa. Apresentava-se-lhe uma janela de oportunidade para destruir a resistência portuguesa numa batalha campal. Assim, manteve o cerco com 1.500 homens e marchou com o grosso do seu exército ao encontro do português. Por sua vez, adotando a marcha de costado, o Exército português progrediu apoiado na Serra da Ossa. À frente seguia tropa montada e de

reconhecimento, secundadas por algumas centenas de tropas auxiliares, munidas de equipamento sapador, destinadas a romper caminho para facilitar o andamento das peças de artilharia. A infantaria concentrava-se no meio do dispositivo, à retaguarda do qual um conjunto de peças eram rebocadas. Depois seguia um segundo contingente de cavalaria e, por fim, a carriagem com os trens e as bagagens (Sepulveda, 1897).

Decidido a tirar vantagens do efeito surpresa e do terreno, Caracena, que entretanto posicionara os efetivos na Serra do Vigário, a meio caminho entre Estremoz e Vila Viçosa, atacou com a cavalaria o flanco direito português, obrigando Cantanhede a formar rapidamente para a batalha. Feria-se, assim, a Batalha de Montes Claros, uma batalha de encontro que iria decidir vinte e sete anos de guerra.

O dispositivo de combate apresentado pelo comandante castelhano era o clássico: a cavalaria concentrada no flanco esquerdo, organizada em quatro linhas, com o objetivo de romper o flanco direito do adversário, penetrar no dispositivo e destruir a sua capacidade de resistência; os *tercios* de infantaria, armados de piques, mosquetes e arcabuzes, posicionados no flanco direito, com a missão de investir contra o centro e o flanco esquerdo, procurando tirar partido do terreno (Selvagem, 1991; Soto, 1992).

O dispositivo português era constituído por três linhas: a da vanguarda tinha, ao centro, 12 esquadrões de infantaria (espada e pique), ladeados por peças de artilharia ligeira (a artilharia pesada foi colocada no alto do Mouro), e nos flancos posicionavam-se trinta e seis batalhões de cavalaria (pistola e sabre), entre os quais se colocou dois esquadrões de infantaria, tendo em atenção que a cavalaria castelhana era em maior número; a segunda linha tinha no centro onze esquadrões de infantaria, ladeados por dezassete batalhões de cavalaria, compreendendo ainda algumas peças de artilharia; a terceira linha, que funcionava como reserva, compreendia quatro esquadrões de infantaria, enquadrados por três batalhões de cavalaria de cada lado (Sepulveda, 1897).

Como é perceptível, os cerca de 20 mil efetivos que cada contendor formou para a batalha patenteia a ‘escola militar’ que os diferencia. A castelhana (rigidez e choque), com as armas individualizadas, isto é, a cavalaria concentrada num flanco e a infantaria posicionada ao centro e alongada para o flanco oposto da cavalaria. A francesa, materializada pelos portugueses (flexibilidade e fogo), apresentava a combinação das três armas, de modo a permitir a ação de conjunto, ressaltando ainda a preocupação em dispor de uma reserva que, no momento oportuno, pudesse decidir a contenda.

Podemos dividir a batalha em três momentos (Lousada, 2018):

No primeiro, os castelhanos carregaram com a cavalaria o flanco direito português. Percebendo a vulnerabilidade do flanco direito, Schönberg deslocou batalhões de cavalaria do flanco esquerdo para o lado oposto. A carga da cavalaria castelhana, metralhada pela artilharia e sustida pela cavalaria, foi incapaz de penetrar na vanguarda, retrocedendo.

O segundo momento inicia-se com nova carga da cavalaria, incidindo de novo no flanco direito, enquanto os terços de infantaria avançaram na direção do centro-esquerda. Desta vez, o atacante penetrou a primeira linha e entrou em combate com a segunda. Reagindo, os portugueses concentraram o fogo das peças na cavalaria inimiga e reforçaram a segunda linha com efetivos montados e apeados. Nesta altura, no flanco direito a cavalaria e a artilharia portuguesa combatiam, com a segunda linha, a cavalaria castelhana e, no flanco esquerdo, iniciava-se um combate de infantarias. Incapaz de desbaratar a segunda linha e vendo-se na iminência de ficar cercada no interior do dispositivo adversário, mais uma vez a cavalaria hispânica retirou. No flanco oposto, a infantaria castelhana revelava-se incapaz de romper o dispositivo.

Então, quando Caracena reorganizava a cavalaria para lançar um terceiro assalto, Cantanhede assumiu a iniciativa da batalha e contra-atacou. Este foi o terceiro momento da batalha. Utilizando a reserva, acometeu a retaguarda do adversário com a cavalaria, onde a ação de Dinis de Melo se revelou decisiva. Simultaneamente, as unidades de infantaria concentraram os seus esforços contra os desprotegidos *tercios*, apoiadas por contingentes de cavalaria do lado esquerdo, que foram obrigados a combater com os flancos desprotegidos. A cavalaria de Caracena acabou por ser desbaratada, debandando do campo de batalha, deixando o ‘palco’ da ação entregue aos *tercios*, que se revelaram incapazes de resistirem.

A vitória portuguesa de 17 de Junho de 1665 foi conclusiva e Caracena regressou a Badajoz apenas com 1.800 infantes e 300 cavalos. Filipe IV morreu três meses depois da batalha e, em 1668 a Espanha de Carlos II assinava a paz com Portugal de D. Pedro II (Janeiro em Madrid e Fevereiro em Lisboa), reconhecendo a Dinastia de Bragança. Portugal respirava paz e virava-se uma nova página da sua História. Ao readquirir a individualidade política e a unidade social, reassumia-se como Estado-Nação soberano, competindo-lhe a governação das suas gentes e a condução da política externa, sem igual a nível interno, nem superior no plano internacional.

POST SCRIPTUM

Fundação do Estado e formação da nacionalidade, Expansão da Portugalidade para Oriente, identidade lusófona no Atlântico Sul e Restauração da soberania. Ou Ourique,

Aljubarrota, Diu, Guararapes e Montes Claros, as linhas de força cronológicas que definiram Portugal e a identidade do seu povo, «aquém e além-mar».

Pela cruz (cimento de identidade que cola a Nação), pela espada (a guerra marcou os momentos decisivos da soberania) e muita diplomacia (arte e engenho perene), assim se construiu Portugal.

Bibliografia

- BERGER, José Paulo – *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*. Lisboa: Exército Português, 2015.
- BOBBIO, Norberto – “Estado” e GIL, José – “Nação”. In *Enciclopédia Einaudi*, 14. Estado-Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- CARDOSO, General Pedro – “Necessidade de uma Visão Estratégica do Ensino da História”. In *Estratégia*, volume X. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 1998.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo – “Guararapes – Confronto e Encontro de Civilizações”. In *Revista Militar*, vol. 50, nº 11, Novembro de 1998.
- HOWARD, Michael – *A Guerra na História da Europa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- JÚNIOR, Antônio de Souza – *Do Recôncavo aos Guararapes. História resumida das guerras holandesas ao Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Antologia. Introdução e Glossário de Manuel dos Santos. Porto: Livraria Civilização Editora, s/d.
- LOUSADA, Abílio Pires – *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal*. Lisboa: Manuscrito/Editorial Presença, 2018.
- _____ – *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. Lisboa: Fronteira do Caos, 2011.
- LOUSADA; Abílio, ESCORREGA, Luís, MENEZES, António – *Grandes Comandantes e Batalhas do Exército Português*. Lisboa: Jornal do Exército, 2011.
- MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero – “A Construção do Espaço Brasileiro”. In *História da Expansão Portuguesa*, 2.º Vol., Direcção de BETHENCOURT, Francisco, e CHAUDHURI, Kirti. Navarra: Círculo dos leitores, maio de 1998.

- MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- _____ – *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, 2.^a Edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.
- MENEZES, D. Luis de – *História de Portugal Restaurado*, Tomo II. Officina de Miguel Deslandes, 1697.
- MONTEIRO, João Gouveia (Coord) – *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001.
- NORTON, Luís – *A Dinastia dos Sás no Brasil. A Fundação do Rio de Janeiro e a Restauração de Angola*. Agência Geral do Ultramar, 1965.
- OLIVEIRA, Alcide de – *Aljubarrota Dissecada*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988.
- PEREIRA, José António Rodrigues – *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- PISSARRA, José Virgílio Amaro – *Chaul e Diu 1508 e 1509. O Domínio do Índico*. Lisboa: Prefácio, 2002.
- RATELBAND, Klaas, *Os Holandeses no Brasil e na Costa Africana. Angola, Kongo e S. Tomé (1600-1650)*, Lisboa, Vega, 2003.
- RODRIGUES, Jorge Nascimento e DEVEZAS, Tessaleno – *Diu 1509. A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global*. Famalicão: Centro Atlântico Lda, 2008.
- SANTO, Gabriel do Espírito – *Montes Claros 1665*. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- SEPULVEDA, Christovam A. Magalhães – *Um Capítulo da Guerra da Restauração (1660-1668), o Conde de Schomberg em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.
- SOTO, Josefina Castilla, *Don Juan José de Austria (hijo Bastardo de Filipe IV): Su Labor Política y Militar*. Madrid: Universidad Nacional de Educacion a Distancia, 1992, 344 p.
- TOUCHARD, Jean – *História das Ideias Políticas, do Renascimento ao Iluminismo*, vol. II. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.
- VEIGA, Botelho da Costa – *Estudos de História Militar Portuguesa*, Volume I, parte segunda. Lisboa, 1936.
- VEIGA, A. B. da Costa, MATTOS, Gastão de Melo, e PAÇO, Afonso do – *Aljubarrota*. Lisboa: Horus, 1959.